

São Paulo, 30 de maio de 2017

NOTA À IMPRENSA

O aumento dos medicamentos e o impacto no custo de vida das famílias paulistanas

Em abril, Resolução da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)¹ aprovou aumento dos remédios. O reajuste foi estabelecido para mais de 19 mil remédios e não pode ultrapassar 4,76%. Os medicamentos foram divididos em três diferentes grupos. Para cada um deles foi indicado um percentual máximo de reajuste.

No primeiro grupo, o dos medicamentos de maior concorrência, genéricos ou aqueles que são produzidos por grande número de laboratórios (omeprazol, pantoprazol e outros, assim como as estatinas), o aumento pode chegar a 4,76%. O segundo grupo, com concorrência moderada (cetoconazol, fluconazol, tramadol, morfina e outros), pode ter reajuste de até 3,06%. Já no terceiro grupo, o dos medicamentos com baixa concorrência (betametasona, dexametasona, ampicilina, amoxicilina e outros), a alta pode ser de, no máximo, 1,36%.

Para ter direito a reajustar os preços, os laboratórios tiveram que encaminhar as informações de vendas realizadas no segundo semestre de 2016 e comunicar o percentual de ajuste a ser aplicado, sem ultrapassar o máximo autorizado para cada classe de remédios.

No Índice do Custo de Vida na Cidade de São Paulo (ICV-DIEESE), que mede a inflação no município, os preços dos medicamentos coletados são cheios, sem os possíveis descontos que o consumidor pode conseguir na farmácia, por meio do programa do governo, *Farmácia Popular do Brasil*, ou por intermédio de parcerias estabelecidas entre planos de saúde e drogarias.

Com base no reajuste dado em abril de 2017, os aumentos médios apurados no ICV-DIEESE por tipo de medicamento estão listados na Tabela 1.

¹ O CMED é um órgão do governo federal formado por representantes de vários ministérios. O ajuste de preços de medicamentos é calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, em um fator de produtividade, em uma parcela de fator de ajuste de preços relativos intrasetor e em uma parcela de fator de ajuste de preços relativos entre setores.

TABELA 1
Aumento médio por tipo de medicamento no ICV – taxa geral
Município de São Paulo - Abril de 2017

Tipo de medicamento	Varição no mês
Analgésico e Antigripal	4,01%
Antibiótico	3,93%
Anti-inflamatório	4,08%
Antialérgico	4,55%
Anticoncepcional/hormonal	2,33%
Diabete	1,21%
Cardiovascular	3,82%
Sistema Nervoso Central	3,15%
Vias Respiratórias	2,26%
Vitaminas	2,39%
Vias Urinárias	1,47%
Remédio Gástrico	2,17%
Remédio Ginecológico	3,69%
Remédio Dermatológico	3,13%

Fonte: DIEESE. ICV – Índice de Custo de Vida

Quando se compara o reajuste concedido pelo CMED e o ICV acumulado nos 12 meses anteriores, observa-se que a inflação acumulada entre abril de 2016 e março de 2017 ficou menor que o aumento que o governo indicou para os remédios: 4,03% contra 4,76%.

O mesmo aconteceu em 2012, quando a inflação medida pelo ICV foi de 5,49% e o reajuste indicado para os medicamentos ficou em 5,85%; e também em 2016: 9,31% contra 12,50%. Nos demais anos, o reajuste máximo autorizado para os medicamentos foi menor do que a inflação apurada nos 12 meses anteriores (Tabela 2).

Já comparando a variação de preços dos medicamentos, medida pelo ICV em abril de cada ano, e a inflação mensurada pelo mesmo índice, durante o período analisado, somente em abril 2016, o aumento médio dos remédios foi superior à taxa total acumulada aferida no período anterior: 10,94% diante dos 9,31% da inflação.

TABELA 2
Inflação acumulada nos 12 meses anteriores, reajuste indicado
para os medicamentos e aumento do subitem medicamento no ICV
Município de São Paulo – 2011 a 2017

Período	Taxa acumulada do ICV no período anterior	Reajuste máximo dos medicamentos, indicado pelo governo	Aumento médio dos medicamentos apurado pelo ICV, em abril de cada ano
04/10 a 03/11	6,72%	em abril de 2011 - 6,01%	4,46%
04/11 a 03/12	5,49%	em abril de 2012 - 5,85%	3,96% ⁽¹⁾
04/12 a 03/13	7,08%	em abril de 2013 - 6,31%	3,53%
04/13 a 03/14	6,78%	em abril de 2014 - 5,68%	3,92%
04/14 a 03/15	8,38%	em abril de 2015 - 7,70%	6,16%
04/15 a 03/16	9,31%	em abril de 2016 - 12,50%	10,94%
04/16 a 03/17	4,03%	em abril de 2017 - 4,76%	3,28%

Fonte: DIEESE. ICV e CMED

Nota: (1) Reajuste apurado no ICV de maio de 2012

Reajuste dos medicamentos para as famílias segundo a renda

Além do índice geral, o DIEESE calcula mais três indicadores de inflação segundo tercís da renda das famílias paulistanas. Em abril, para as famílias com rendimentos mais baixos, incluídas no estrato 1, a taxa foi de -0,15%; para as que possuem rendimento intermediário, ficou em -0,25%; e para aquelas de maior poder aquisitivo, a variação foi de -0,16%. Cabe ressaltar que a deflação registrada se deveu à queda dos combustíveis e à diminuição da tarifa de energia elétrica, uma vez que, em 2016, foi cobrado indevidamente dos consumidores o custo da energia da Termelétrica Angra 3, que não havia sido utilizada, e os valores foram devolvidos em abril de 2017.

Ao analisar separadamente o impacto dos reajustes dos medicamentos, é possível perceber que foram as famílias com menores rendas as que mais tiveram perda de poder aquisitivo.

No caso das famílias de baixa renda, que recebem em média, R\$ 1.462,07, em valores de hoje, o aumento dos medicamentos em abril de 2017 foi de 3,37%, o que contribuiu em 0,12 ponto percentual para cima. Se nenhum item se alterasse, a inflação das famílias de baixa renda seria de 0,12%. Como a taxa média geral foi negativa, as famílias do estrato 1 poderiam ter tido uma deflação mais expressiva, não fosse o reajuste dos remédios.

Para as famílias do estrato intermediário, com renda média de R\$ 3.507,04, o reajuste dos medicamentos foi de 3,29%, o que significou contribuição de 0,10 ponto percentual positivo, de forma que se todos os produtos não tivessem alteração de preço, a inflação de abril para essas famílias seria de 0,10%.

No caso das famílias com maior rendimento, em média de R\$ 10.645,61, a alta foi de 3,23% e a contribuição para o aumento da inflação foi de 0,07 ponto percentual, ou seja, se não tivessem ocorrido outros aumentos, a taxa média das famílias mais ricas seria 0,07%.

Os dados permitem dizer que, sempre que os medicamentos passam por reajuste, são as famílias com menor renda as mais afetadas.

TABELA 3
Reajuste dos medicamentos e o impacto na inflação das famílias,
por estrato de renda - Município de São Paulo - 2017

Estrato de renda	Renda média das famílias em R\$	Aumento médio dos medicamentos em 2017, apurado no ICV	Peso dos medicamentos no orçamento das famílias
Estrato 1	1.462,07	3,37%	3,53%
Estrato 2	3.507,54	3,29%	2,93%
Estrato 3	10.645,61	3,23%	2,06%

Fonte: DIEESE. ICV

A importância do Programa Farmácia Popular

O *Programa Farmácia Popular do Brasil* ameniza o impacto do aumento dos remédios para todos os estratos de renda.

Criado em 2004, o *Programa Farmácia Popular do Brasil* distribui remédios gratuitos ou a preços reduzidos para toda a população, por meio de *Rede Própria de Farmácias Populares* e pela parceria com estabelecimentos da rede privada, *Aqui tem Farmácia Popular*. Não é um programa voltado apenas para pessoas de menor renda, mas também para a parcela da população que não busca assistência no SUS, mas tem dificuldade para manter tratamento medicamentoso devido ao alto preço dos remédios.

Ao longo do tempo, o *Programa* foi ampliado e, a partir de 2011, passou a disponibilizar os medicamentos indicados para o tratamento da hipertensão e do diabetes, sem custos para os usuários, por meio da campanha *Saúde Não Tem Preço* (SNTTP).

No Quadro 1, são apresentados exemplos do preço de medicamentos dentro do *Programa* e o preço máximo, conforme a lista da ABCFarma, para São Paulo.

QUADRO 1
Medicamentos selecionados
Programa Farmácia Popular do Brasil

Medicamentos	Programa Saúde Não Tem Preço (1)	Valor para um mês	Valor da caixa (ABCFarma) (2)	Nome do remédio/laboratório ABCFarma (2)
Diabetes				
Insulina humana regular - 100 ui/ml sus injetável	grátis	0,00	59,56	Humulin (Eli-Lilly)
Cloridrato de metformina - 500 gramas - caixa com 30 comprimidos	grátis	0,00	11,76	Genérico
Hipertensão				
Cloridrato de propranolol 40 mg - caixa com 30 comprimidos	grátis	0,00	7,07	Genérico
Captopril 25 mg – caixa com 30 comprimidos	grátis	0,00	32,37	Genérico
Asma				
Brometo de IPRATRÓPIO 0,25 mg solução inaladora	grátis	0,00	21,49	Atrovent (Boehringer)
	Programa Farmácia Popular	Valor para um mês (programa Farmácia Popular)		
Clonazepam (Rivotril) 2 mg - caixa com 30 comprimidos	R\$ 0,06 (o comprimido)	1,80	22,39	Rivotril (Roche)
Fluoxetina 20 mg - caixa com 30 comprimidos	R\$ 0,06 (o comprimido)	1,80	121,01	Prozac (Eli-Lilly)

Nota: (1) extraído do site do Ministério da Saúde; (2) ABCFarma de maio de 2017

Obs.: a) O Programa Farmácia Popular do Brasil engloba o Farmácia Popular e o Saúde Não Tem Preço; b) os genéricos são de um mesmo laboratório

O *Saúde Não Tem Preço* garante medicamentos para hipertensão, asma e diabetes gratuitos, entre outros, o que garante uma economia considerável para os consumidores de baixa renda. Por exemplo, ao deixar de comprar captopril, remédio para hipertensão e de uso contínuo, por R\$ 32,37 a caixa com 30 comprimidos, uma família com renda de até R\$ 1.000,00 pode economizar cerca de 3% do orçamento, permitindo a aquisição, no mês de abril de 2017, de 1,3 quilo de carne ou de 8,5 litros de leite.

A pessoa que sofre de diabetes e precisa tomar insulina três vezes ao dia teria que comprar duas caixas por mês, por R\$ 59,56 cada. A gratuidade do medicamento garante economia de cerca de R\$ 119,12 para o usuário. Para uma família com renda de até R\$ 1.000,00, isso significa redução expressiva de 12% no gasto com medicamentos e possibilita a compra de outros bens de primeira necessidade.

No *Programa Farmácia Popular*, por meio do qual os medicamentos são vendidos a um custo muito menor, a família que possui um indivíduo com problemas de depressão deixa de gastar cerca de R\$ 122,01 com a fluoxetina e paga R\$ 1,80 por 30 comprimidos na *Farmácia Popular*.

O fim da Farmácia Popular?

O *Programa Farmácia Popular* abrange toda a população, principalmente porque distribui remédios de uso contínuo, que, sem o subsídio, são vendidos por alto preço nas farmácias.

No mesmo mês em que o governo anunciou o reajuste dos medicamentos, começou a circular notícia sobre o fim do *Programa Farmácia Popular*. Concretamente, as unidades da *Rede Própria do Farmácia Popular*, presente nos municípios, deixarão de receber financiamento do governo federal e serão fechadas, caso as esferas estaduais ou municipais não consigam ou tenham interesse em financiá-las. Por enquanto, o governo afirma que permanecerão apenas as redes que contam com o *Aqui Tem Farmácia Popular*, que distribui uma gama menor de remédios do *Programa*. Como consequência, ficará mais difícil para a população de baixa renda ter acesso aos medicamentos.

Caso o *Programa Farmácia Popular* seja encerrado de vez, serão as famílias de mais baixa renda, novamente, as mais prejudicadas, visto que o peso dos medicamentos para elas é maior, principalmente para aquelas com pessoas com idade mais avançada ou que utilizam medicamentos de uso contínuo. Outro impacto do encerramento do *Farmácia Popular* seria a descontinuidade de tratamentos preventivos e, conseqüentemente, o aumento dos gastos públicos com internações hospitalares e procedimentos emergenciais.